

PLANO **STJ** 2020



# RELATÓRIO DE DESEMPENHO

Superior Tribunal de Justiça

2º Trimestre de 2016

Brasília - DF



## Sumário

1. PLANO STJ 2020 .....	3
2. INDICADORES .....	5
3. ESTRATÉGIA NACIONAL DO PODER JUDICIÁRIO .....	20
4. PORTFÓLIO DE PROJETOS E PROGRAMAS ESTRATÉGICOS .....	21
5. ALINHAMENTO ESTRATÉGICO .....	24



## 1. PLANO STJ 2020

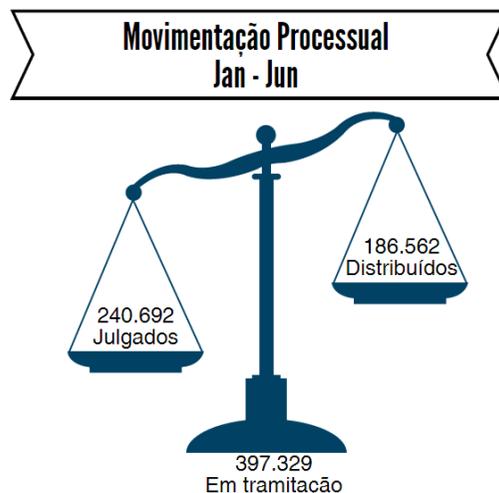


**Legenda:**

Situação Ótima	A partir de 95%
Situação Aceitável	Entre 80 e 94,99%
Situação Crítica	Abaixo de 80%
Não mensurado	Sem mensuração no período devido
Não aplicável	Sem meta ou em estudo



## Sumário executivo:



De uma forma geral, o **Plano STJ 2020** termina o seu segundo trimestre de 2016 em situação aceitável, com **89,57%** de cumprimento, um aumento de cerca de 5% em relação ao primeiro período do ano.

Mais uma vez, os resultados que se referem ao objetivo *Buscar a excelência na prestação jurisdicional*, na perspectiva processos internos, foram impactantes com 93,09% de cumprimento, com destaque para os indicadores *Atendimento à demanda*, que superou a meta em 28,23%; *Agilidade no julgamento*, com superação acima de 16%, e *Processos antigos recebidos em 2013 com primeira decisão*, superando a meta de julgar 90% dessas ações. Os resultados também demonstram que houve empenho para atingir as metas do objetivo *Priorizar processos relativos à corrupção e improbidade administrativa*, cujo resultado final ficou em 95,26%, o que contribui para a visão positiva que o cidadão tem do STJ.

O atingimento dessas metas voltadas para a prestação jurisdicional é fundamentada na melhora da gestão administrativa, representada pelo atingimento o julgamento de 97,47% da perspectiva Pessoas e Recursos. Destaca-se neste caso o investimento do Tribunal na capacitação de seus colaboradores demonstrado pela superação da meta do 2º trimestre ainda no 1º/2016, medido pelo indicador *Adesão às ações de educação corporativa*. O conhecimento do servidor vem sendo bastante aproveitado por meio das *Ações de educação promovidas com instrutores interno*, que novamente superou a meta, evidenciando a preocupação da alta administração com os gastos em capacitações em tempos de restrição orçamentária. Diferente do 1º trimestre, os indicadores do objetivo *Assegurar e gerir o orçamento* foram mensurados e a Perspectiva como um todo saltou de um resultado de 86,59% no primeiros 3 meses do ano para 97,47%

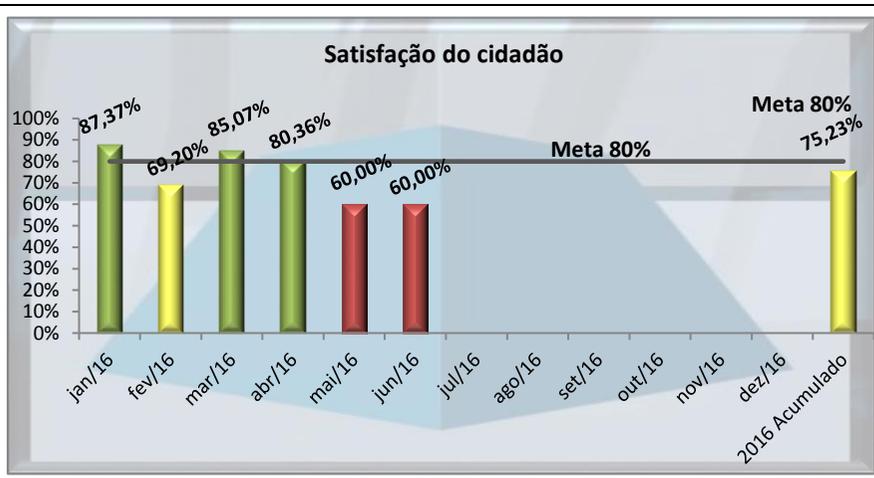
Quanto à perspectiva *Sociedade*, esta atingiu o resultado de 97,02%, com o indicador *Pessoas beneficiadas pelas ações de cidadania* ultrapassando a meta em mais de 30%. No entanto, o indicador *Satisfação do cidadão* ainda ficou aquém da meta estipulada em 5%, resultado que requer monitoramento mais próximo à medida que o novo Portal STJ 2020 evoluir.

A seguir, consta o detalhamento dos indicadores e iniciativas que compõem a estratégia do Tribunal, bem como uma breve descrição do alinhamento estratégico nas unidades.



## 2. INDICADORES

 **Objetivo: Oferecer serviços com qualidade**

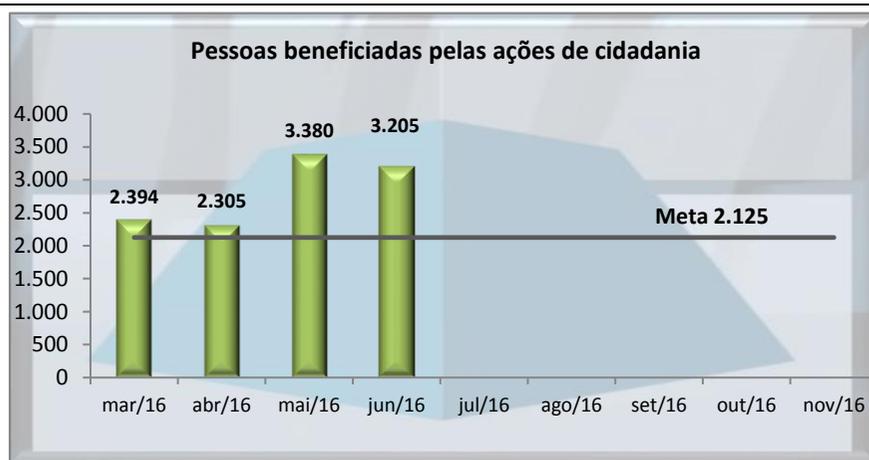


**Comentário:** No 2º trimestre de 2016, a Pesquisa de Satisfação do Cidadão do STJ já estava em seu novo modelo. Os resultados do primeiro mês de funcionamento do novo modelo demonstraram uma baixa participação dos usuários, comparativamente com os períodos anteriores. Já no segundo e terceiro meses deste 2º trimestre, foi possível notar um leve aumento da participação. Contudo, o nível de participação permanece baixo, o que pode estar associado à divulgação da pesquisa no Portal do STJ, que só teve início no final do mês de junho. Assim o resultado acumulado da pesquisa está em 75,23%, pouco menos que 5% aquém da meta almejada durante o ano todo.

**Questão:** Qual o motivo da baixa participação dos usuários respondentes?

**Hipóteses:** Esta baixa participação ainda é decorrente da pouca divulgação da pesquisa, que foi intensificada somente no final do mês de junho.

**Soluções propostas:** Após o aperfeiçoamento do sistema informatizado, melhorias no acesso à pesquisa no Portal do STJ, foi dado início à primeira fase da campanha de divulgação da pesquisa de satisfação, visando a maior e melhor participação do usuário externo com o Tribunal. Foram expostos cartazes em todos os totens do Tribunal e a divulgação está permanente no Portal do STJ.

**Objetivo: Promover a cidadania**

**Comentário:** Dentre as ações previstas para o indicador, tem-se:

- Coleta Seletiva Solidária – A cooperativa de catadores enviou lista atualizada com 61 cooperados;
- Alfabetização de adultos – com as demissões que ocorreram em março não foi possível formar nova turma.
- Inclusão digital – foi realizada uma turma com 12 participantes.
- Educação a distância - Em que pese o baixo índice de cumprimento da meta até o momento, apenas 20%, as ações de educação ofertadas ao público externo estão em conformidade com o cronograma proposto pela Seção de Educação a Distância, cujo planejamento concentra maior número de turmas no segundo semestre de 2016. Inclusive, há cursos em execução neste mês (julho), que comporão a próxima mensuração. Considerando a demanda por inscrições nas edições anteriores, 2015 e primeiro semestre, não são observados riscos para o cumprimento e prevê-se até superação da meta em 2016.
- Projetos socioeducativos e eventos culturais - com os números alcançados até o momento, tem-se o indicativo de que será possível o cumprimento da meta do indicador estratégico no ano de 2016.

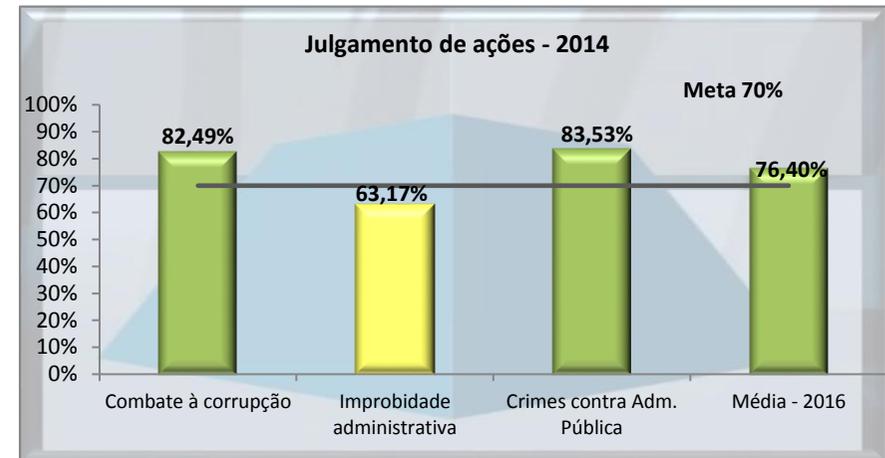
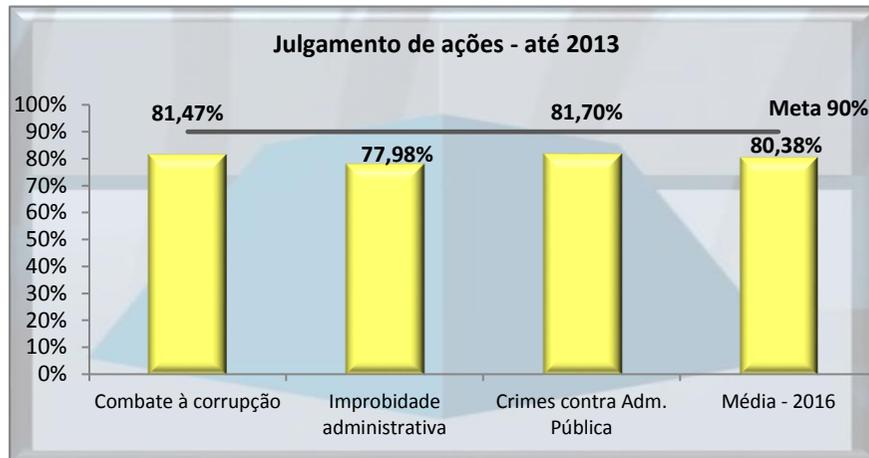
f) Recadastramento Cidadão – embora a campanha de divulgação tenha sido maior que em 2014 (que contou com 192 participações), houve também uma flexibilização na norma, possibilitando que alguns aposentados e pensionistas pudessem se recadastrar por correspondência, enviando documentos autenticados o que propiciou uma participação inferior, de 131 pessoas.

**Questão:** Por que não há interessados em participar de turmas de alfabetização? A meta do “Recadastramento cidadão” está pertinente?

**Hipóteses:** É possível que a empresa não esteja contratando mais analfabetos, ou estes têm vergonha ou receio de participar da ação de educação.

**Soluções propostas:** Tendo em vista a baixa contribuição para a meta (apenas 21 pessoas beneficiadas), sugere-se a exclusão da ação Alfabetização de Adultos; a alteração do nome da ação "Educação de Jovens e Adultos à Distância" para "Educação de Jovens e Adultos", pois caso surjam novos interessados em alfabetização podemos contabilizar nesta ação; e a alteração da ação "Visitas Solidárias" para "Visitas Cidadãs", pois nesta ação também se incluem visitas solidárias e visitas com objetivo de desenvolver a cidadania, a qualidade de vida e a educação socioambiental.

Com relação ao “Recadastramento cidadão”, sugere-se a intensificação da campanha de divulgação; o incentivo aos aposentados e pensionistas para que deem prioridade ao comparecimento na semana em que os eventos ocorrem e não nos demais dias do mês de maio; e a revisão da meta para 150 participações.

**Objetivo: Priorizar processos relativos à corrupção e improbidade administrativa**

**Comentário:** Alinhado à Meta Nacional 4 de 2016, o indicador prioriza o julgamento dos processos relativos à corrupção e a improbidade administrativa. No segundo trimestre, ele apresentou uma sensível evolução para os processos distribuídos até 31/12/2013, subindo na média 4,93 pontos percentuais, com destaque para o julgamento dos processos sobre improbidade administrativa que evoluiu 5,75%. Já em relação aos processos distribuídos em 2014, que já havia atingido a meta no 1º trimestre de 2016, houve uma evolução de 9,37% em relação à média do trimestre anterior. Destaque para o julgamento dos crimes contra a corrupção e crimes contra a Administração Pública que já superaram a meta. Visando o cumprimento dos objetivos em relação a ambos os períodos, os resultados estão sendo levados por intermédio de relatórios individuais de acompanhamento por gabinete de ministro para serem analisados, principalmente no que tange aos processos distribuídos até 31/12/2013.

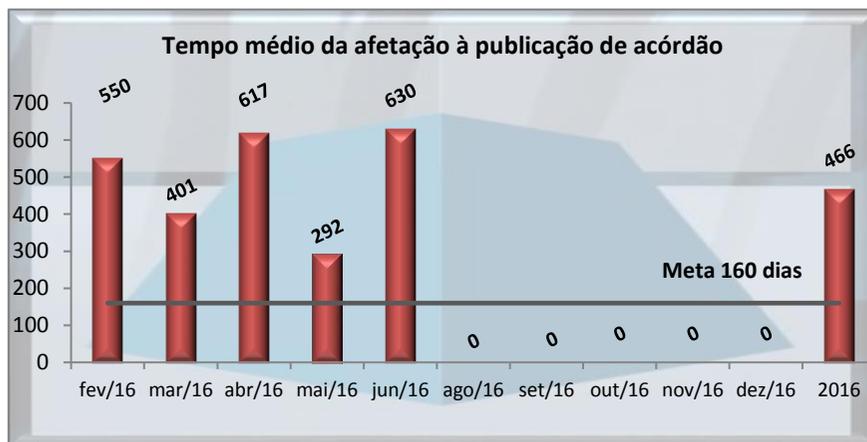
**Questão:** Como alavancar os resultados nos processos de 2013?

**Soluções propostas:** Visando ao cumprimento da meta traçada, principalmente no que tange às ações distribuídas até 31/12/2013, os resultados serão levados ao conhecimento dos gabinetes dos ministros por intermédio de relatórios mensais individualizados.

**Nota explicativa:** O Conselho Nacional de Justiça e o STJ fazem o acompanhamento da Meta 4 subdividindo-a da seguinte maneira: julgar 90% das ações distribuídas até 31/12/2013; e 70% das distribuídas em 2014. Após, em relação a cada ano, separa em 3 tipos de ação: Combate à corrupção; Improbidade Administrativa; Crimes Contra A Administração Pública. Dessa forma, ocorre a geração de 6 percentuais de cumprimento, sendo 3 em relação ao julgamento dessas ações até 2013 e 3 referentes a 2014. Para enriquecer a compreensão, o resultado também é representando graficamente por uma média dos percentuais de cumprimento dos 3 tipos de ação em relação aos períodos de referências.



## Objetivo: Tratar demandas repetitivas e dos grandes litigantes



**Comentário:** Esse indicador está alinhado à Meta Nacional 7 de 2016, que almeja reduzir para 90 dias o tempo médio da afetação do recurso repetitivo à publicação de seu acórdão de mérito até dez/2020. De 1º de abril a 30 de junho de 2016, o tempo médio entre a afetação do processo até a publicação do acórdão foi de 513 dias. Em relação a essa prévia, importante registrar que:

a) No mesmo período de 2015, o tempo médio foi de 196 dias. Registra-se, no entanto, que somente são considerados, na presente meta, processos afetados a partir de 2014. Por esse motivo, o segundo trimestre de 2015 apresentou esse dado de 196 dias.

b) Ocorreram, neste trimestre, quatro publicações:

b1) Corte Especial: 1 acórdão publicado

b2) Primeira Seção: 1 acórdão publicado

b3) Segunda Seção: 2 acórdãos publicados

Não houve publicação de acórdão oriundo da Terceira Seção.

Houve uma queda do número das publicações comparado ao segundo trimestre de 2015. O aumento

expressivo do tempo médio de 2016 (513 dias) em relação a 2015 (196 dias) se dá pelo motivo de que em abril a junho de 2015 foram publicados 10 acórdãos de temas afetados nos meses de junho, setembro, outubro e novembro de 2014, fevereiro e abril de 2015, enquanto em abril, maio e junho de 2016 foram publicados acórdãos de temas afetados em agosto e setembro de 2014, abril e novembro de 2015.

Analisando esse quadro, identifica-se que o número obtido está distante da meta a ser alcançada no ano de 2016 (160 dias)

**Questão:** Quais medidas podem ser tomadas para reduzir o prazo dos processos submetidos ao rito dos recursos repetitivos?

**Hipótese:** Uma medida que poderá trazer resultados para o próximo semestre será a aprovação da proposta de alteração ao regimento interno do STJ em relação aos recursos repetitivos. O fato de que a legislação processual brasileira estabelecer o procedimento dos recursos repetitivos, sem contudo adentrar em detalhes quanto a prazos, publicidade e consequências práticas do instituto, acarreta, na prática, certa flexibilidade ao relator do recurso repetitivo que poderá, a seu juízo, adotar as medidas que entender pertinentes.

As Propostas de Emenda Regimental 48 e 49/2016, atualmente sob análise da Comissão de Regimento do STJ, complementam as regras estabelecidas no Código de Processo Civil de 2015, estabelecendo, em cerca de 28 artigos, procedimentos dos recursos repetitivos, desde o momento de sua entrada no STJ como representativo da controvérsia até o seu trânsito em julgado. Em relação à celeridade da tramitação do recurso repetitivo, que certamente refletirá no indicador 'tempo médio da afetação à publicação do acórdão', destacam-se:

- art. 256-N, § 1º - estabelece o prazo máximo de 180 dias para início do julgamento do recurso repetitivo
- art. 256-N, § 2º - estabelece o prazo máximo de 1 ano para o julgamento do tema
- art. 256-P – atribui função de fiscalização ao presidente do órgão julgador (Corte Especial e Seções) para velar pelo cumprimento dos prazos previstos no capítulo dos recursos repetitivos
- art. 256-S a 256-V – cria procedimento de revisão de entendimento firmado em tema repetitivo. A ausência de procedimento correlato atualmente acarreta o receio de alguns julgadores em decidir a matéria sob o rito dos repetitivos, pois, em tese, a matéria não voltaria a ser discutida mais pelo STJ.



Esses dispositivos, alinhados à recente cultura de prevalência dos precedentes estabelecida pelo art. 927 do CPC/2015, certamente contribuirão para a celeridade dos recursos especiais afetados sob o rito dos repetitivos e refletirá na melhoria da prestação jurisdicional brasileira como um todo.

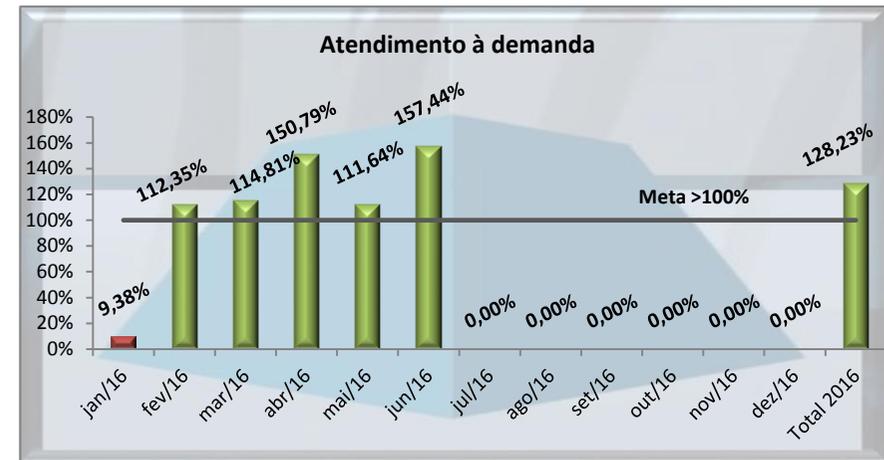
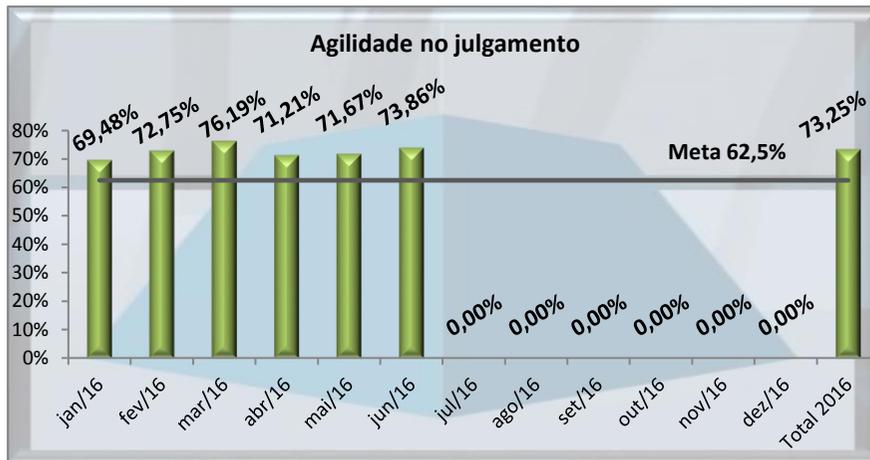
**Soluções propostas:**

- a) reuniões pontuais com Ministros e Assessores de Ministros para priorização do julgamento de processos repetitivos e a publicação do respectivo acórdão;
- b) em 18/03/2016, entrou em vigor a Lei 13.105/2015 (Novo Código de Processo Civil) que destacou relevantes aspectos dos recursos repetitivos e, certamente, produzirá efeitos positivos no âmbito desta Corte;
- c) em maio e junho de 2016, ocorreu o III Encontro Nacional sobre Recursos Repetitivos, com os Tribunais de Origem (TRFs e Tribunais Estaduais), onde houve o debate sobre os procedimentos relacionados aos recursos repetitivos. Este evento contribuiu para a formação de parcerias entre os tribunais e o STJ, refletindo numa melhora na celeridade dos casos submetidos ao rito dos recursos repetitivos.

**Nota explicativa:** Somente são considerados, na presente meta, processos afetados a partir de 2014. O presente indicador é acompanhado pela Comissão Especial de Ministros (Portaria STJ 489/2014). O Coordenador do NURER participa de todas as reuniões da comissão e sempre que possível ressalta a necessidade de se privilegiar o julgamento de recursos repetitivos. Para argumentar, são apresentados, mensalmente, diversos relatórios com as situações dos temas, acompanhados de possíveis soluções.

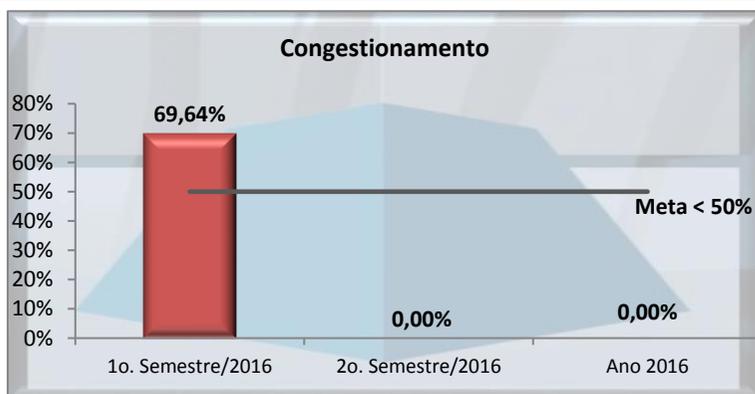


**Objetivo: Buscar excelência na prestação jurisdicional**



**Comentário:** O indicador *Agilidade no julgamento*, que para 2016 tem meta de 62,5% de processos baixados em até um ano, fechou o período com um resultado de 73,25%, representando uma queda de 0,86% com relação ao primeiro período do ano. Tal fato pode ser justificado pelo início da vigência do novo Código de Processo Civil que conta o prazo em dias úteis, havendo um leve represamento da baixa após o trânsito em julgado com o aguardo do novo prazo.

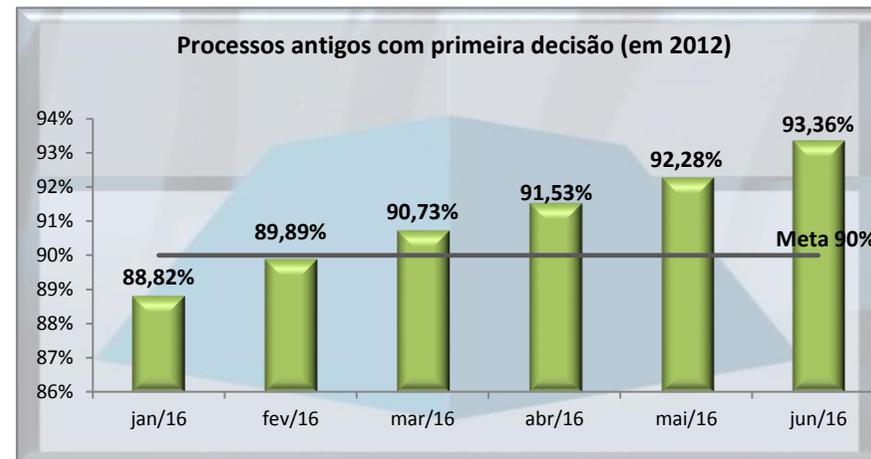
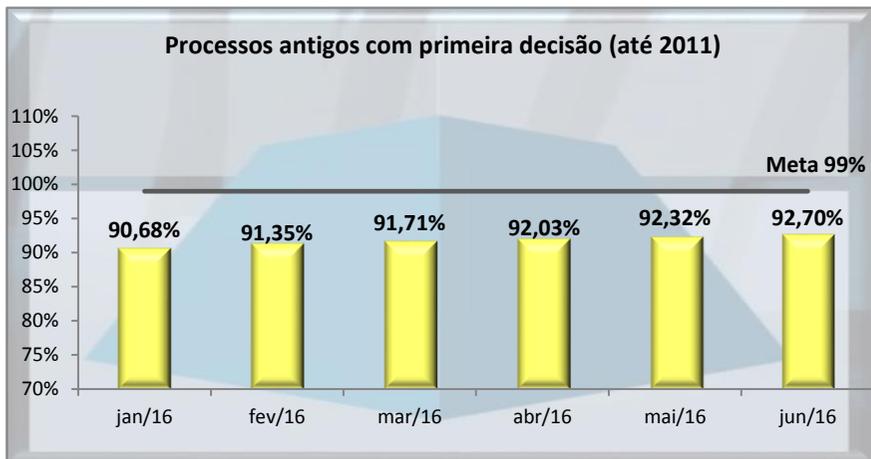
O indicador *Atendimento à demanda* (equivalente à Meta Nacional n. 1) monitora se o número de processos julgados está maior que a entrada de casos novos, demonstrando se há equilíbrio entre a produtividade e a demanda do Tribunal. Pode-se observar que, nesse 2º trimestre de 2016, o STJ está julgando um volume de processos superior aos casos novos que ingressaram na Corte, com um desempenho 28,23% acima da meta estipulada. Destaca-se o bom desempenho dos meses de abril e junho.



**Comentário:** A partir de 2016, o indicador está alinhado ao que é mensurado pelo sistema Justiça em Números, coordenado pelo CNJ, deixando de ser uma meta nacional específica para o STJ. Assim, sua periodicidade passou a ser semestral com meta de reduzir para 50% a taxa de congestionamento dos processos no Tribunal.

O índice de congestionamento visa mensurar o número de processos baixados em relação ao total de processos tramitando (casos novos e pendentes). O resultado apurado no primeiro semestre ficou abaixo do estipulado como meta para o indicador. Contudo, considera-se para o cálculo do indicador o volume de processos pendentes no Tribunal em dezembro de 2015 e somente a produção semestral, o que gera uma anomalia em termos de taxa esperada. Como referência para a tendência de cumprimento da meta pode-se considerar que se for mantida a mesma produção no 2º semestre, alcançar-se-á 53,42% de congestionamento, representando um aumento de 2,49% em relação à taxa alcançada em dezembro de 2015.

Visando ao cumprimento da meta até dezembro, as informações serão repassadas para a administração a fim de que sejam analisadas.



**Comentário:** Alinhado à Meta Nacional 2 de 2016, o presente indicador desdobra o acompanhamento do julgamento de processos antigos em dois períodos de referência. No grupo dos distribuídos até 31/12/2011 ainda persiste uma meta desafiadora para o Tribunal, com 15.491 processos pendentes para alcançar a meta. Em relação ao apurado para os processos distribuídos em 2012, cuja meta é julgar 90%, o desempenho do STJ novamente permitiu o cumprimento da meta já no primeiro trimestre

**Questão:** Quais medidas podem ser tomadas para atingir a meta esperada para os processos antigos distribuídos até 2011?

**Soluções propostas:** Os resultados serão levados ao conhecimento dos gabinetes dos ministros por intermédio de relatórios mensais individualizados.

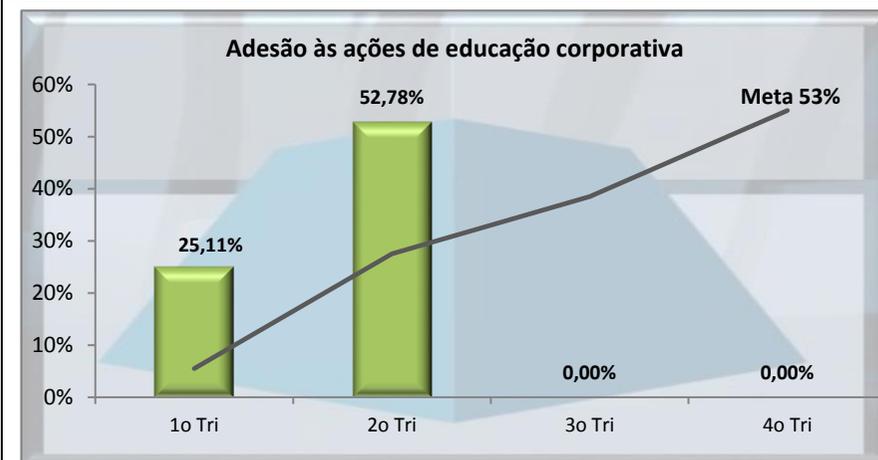


## Objetivo: Aprimorar competências



## Não mensurado no período

**Comentário:** O indicador possui periodicidade anual e será mensurado apenas ao final de dez/2016, tendo como meta manter, no mínimo, em 90% o desempenho por competência dos gestores. Ressalta-se que está em fase de consolidação um sistema informatizado (customizado pela STJ), e em fase de finalização os formulários avaliativos para o lançamento do ciclo anual avaliativo dos gestores em meados de outubro. Essa avaliação é uma das ações do programa estratégico Aprimore STJ. Além disso, estão acontecendo reuniões com a SCO, por meio das Coordenadorias de Multimeios e de TV e Rádio, para a realização da campanha de divulgação desse programa e, mais especificamente, do ciclo avaliativo vindouro, garantindo assim uma maior adesão.



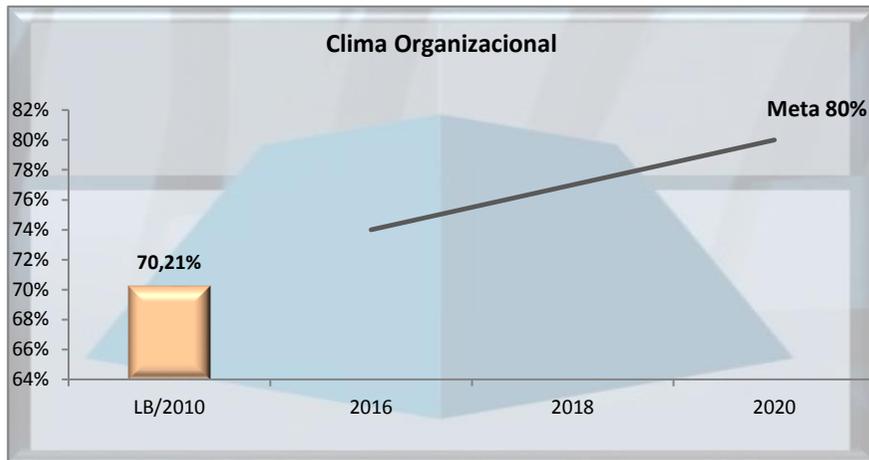
**Comentário:** A meta para o trimestre foi alcançada e amplamente superada, sendo um fator positivo para o desenvolvimento contínuo dos servidores (valor institucional) e conseqüentemente do Tribunal, de modo a contribuir para a cumprimento da estratégia do órgão.

Dentre os fatores que favorecem e explicam essa realidade, destacam-se:

- Aumento na quantidade de ações com ampla oferta de vagas, tais como, palestras, seminários e simpósios, que têm grande volume de inscrições.
- Demanda para o desenvolvimento de novas competências técnicas necessárias ao trabalho da área fim do STJ, impactado significativamente pela entrada em vigor do Novo Código de Processo Civil.
- Turmas de EAD com extensa carga horária e oferta de grande quantidade de vagas.
- Ingresso de novos servidores, que por um lado demandam a formação de competências específicas para as atividades laborais.
- Ampla divulgação das ações em canais diversos para atrair participantes.
- Conscientização interna com relação ao valor institucional Aprendizagem Contínua.



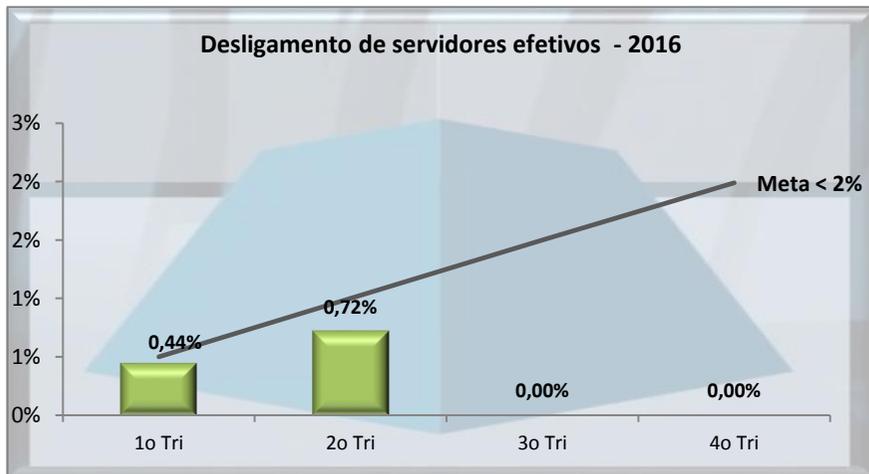
**Objetivo: Atrair e reter talentos**



**Não mensurado no período**

**Comentário:** A última mensuração deste indicador, 76,47%, ocorreu em 2010 e serviu de linha de base para a meta de 80% para o período até 2020. A periodicidade do indicador é bianual, tempo considerado razoável para que o Tribunal execute ações efetivas que possam ser identificadas pelos servidores em uma próxima medição. Na época, os menores índices foram para os fatores: desenvolvimento profissional – 56,65%; espírito de equipe – 58,00% e comunicação - 61,44%. A nova pesquisa de clima está prevista para 2016.

Para auxiliar na elaboração do instrumento de pesquisa de satisfação do servidor, foi contratado o Curso “Diagnóstico e Gestão de Clima Organizacional”, ministrado pela Dr<sup>a</sup> Kathia Palácios, psicóloga e professora da Universidade de Brasília. Além disso, a área responsável submeteu projeto para gestão do clima para análise do Escritório Corporativo de Projetos. Ainda está sem previsão a aplicação da referida pesquisa.



**Comentário:** Conforme apresentado no gráfico de acompanhamento deste indicador, o percentual de desligamento de servidores efetivos do STJ até o 2º trimestre de 2016 foi de 0,72%, dentro de limite esperado de 1% para o período.

Após a análise das entrevistas de desligamento dos servidores que saem do Tribunal, verificou-se que se mantém os motivos alegados para justificar a procura por novas oportunidades profissionais, vinculados à remuneração considerada defasada em comparação a carreiras análogas.

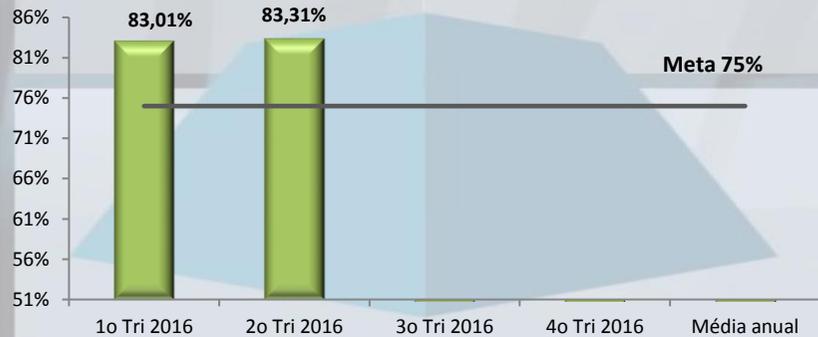
Importante destacar que, dentre os motivos para saída do STJ, houve um pedido de recondução para o cargo de Técnico Administrativo no CNPQ de um servidor que entrou em exercício em janeiro de 2016 no cargo de Técnico da área de TI, em razão de inadaptação ao serviço do STJ. Além disso, houve um pedido de exoneração de um servidor que possuía 12 anos de serviço no STJ. O motivo alegado para a saída foi o indeferimento de pedido de licença para tratar de interesse particular - capacitação no exterior.

Ademais, com o intuito de aperfeiçoar a coleta de dados, a Secretaria de Gestão de Pessoas já implementou algumas das ações de melhoria dos processos de trabalho relacionados ao desligamento do servidor, sugeridas no trimestre anterior, quais sejam: reestruturação do formulário de

desligamento e implementação de entrevista presencial para verificação dos motivos de saída.



### Ocupação de cargos e funções comissionados por servidores efetivos

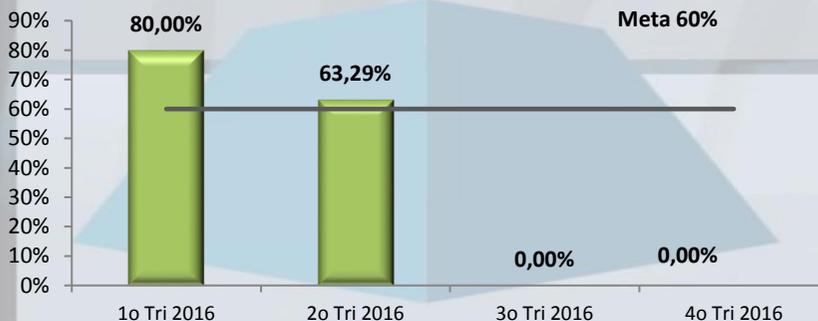


**Comentário:** Conforme apresentado no gráfico de acompanhamento deste indicador, o percentual de ocupação de cargos/funções comissionadas por servidores efetivos do STJ no 1º trimestre de 2016 foi de 83,31%, acima da meta de 75%.

Cabe ressaltar que, após análise dos dados, verificou-se que o percentual de preenchimento de cargos comissionados é de 64,02% e de funções comissionadas é de 87,64%.

Com o intuito de aumentar o índice de ocupação, especialmente de cargos comissionados, por servidores efetivos, a Secretaria de Gestão de Pessoas implementará ações de aprimoramento dos serviços de seleção interna bem como sugerirá alterações no regulamento sobre movimentação de servidores para as diversas unidades do Tribunal.

### Ações de educação promovidas com instrutor interno



**Comentário:** O indicador apresenta ótimo resultado no período. Além de favorecer a valorização dos servidores, que são remunerados pela atividade e também reconhecidos profissionalmente, contribui de forma significativa para qualidade das ações educacionais. Observa-se pelos resultados das avaliações de reação que a satisfação dos respondentes com essas capacitações supera o índice de 96%, em são avaliados critérios atinentes ao domínio do instrutor e também ao alcance dos objetivos propostos no evento.

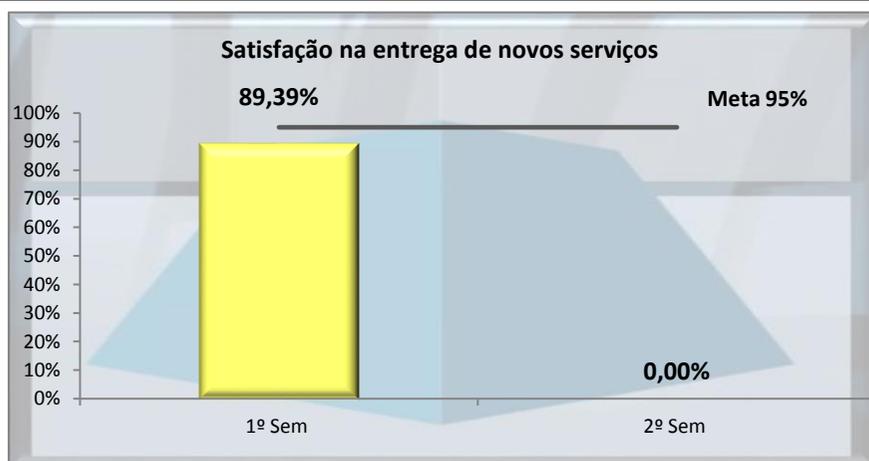
Como fatores que beneficiaram o cumprimento da meta, pode-se destacar a aprovação maior pela Administração de processos que tratam de ações de educação corporativa quando ministradas por instrutores internos e a maior adequação dos conteúdos à realidade do Tribunal, contribuindo para maior adesão.

Mesmo que o resultado seja percentualmente menor que o do 1º trimestre, destaca-se que houve 79 turmas treinadas, sendo 50 com instrutores internos no 2º trimestre, frente a respectivamente 15 e 12 no período anterior. Também, é mais comum a oferta de cursos com instrutores externos ao longo do ano e o primeiro trimestre é de pouca oferta de cursos em geral, como os números atestam.

**Objetivo: Garantir a qualidade dos serviços e soluções de TIC****Vazão de demandas**

**Comentário:** O indicador visa medir o quanto está sendo produzido de novas soluções com o intuito de reduzir o congestionamento de demandas na Secretaria de Tecnologia da Informação e Comunicação (STI).

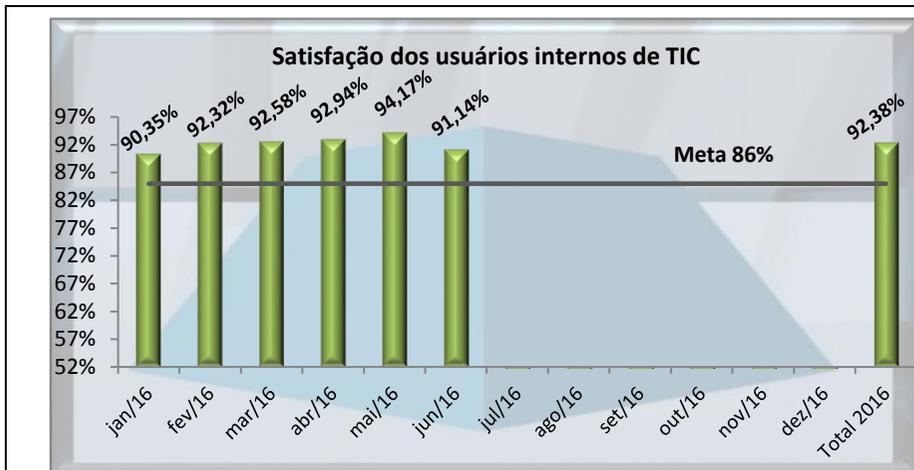
A previsão era que a mensuração relativa ao ano de 2015 fosse a linha de base para o desempenho do período 2016-2020. Contudo, os gestores, Edmundo Veras dos Santos Filho e Rodrigo Almeida de Carvalho, designados pela Portaria STJ/GDG n. 594 de 30 de junho de 2015, não se manifestaram sobre o assunto.



**Comentário:** O questionário da pesquisa de satisfação foi respondido pelos gestores de três dos projetos entregues no período. Observa-se que, embora o resultado obtido seja considerado satisfatório (89,39%), a meta estipulada de 95% não foi atingida nesse semestre.

A partir das respostas obtidas, é possível identificar alguns pontos que necessitam de melhoria no desenvolvimento do projeto, especialmente quanto ao aspecto da Previsibilidade (questão 15), relativo à estimativa e o cumprimento dos prazos acordados nas diversas etapas do processo de desenvolvimento. Cumpre esclarecer que os prazos são impactados não só por problemas relativos ao desenvolvimento da solução, mas também por fatores externos, como alteração nas prioridades estabelecida pelos gestores.

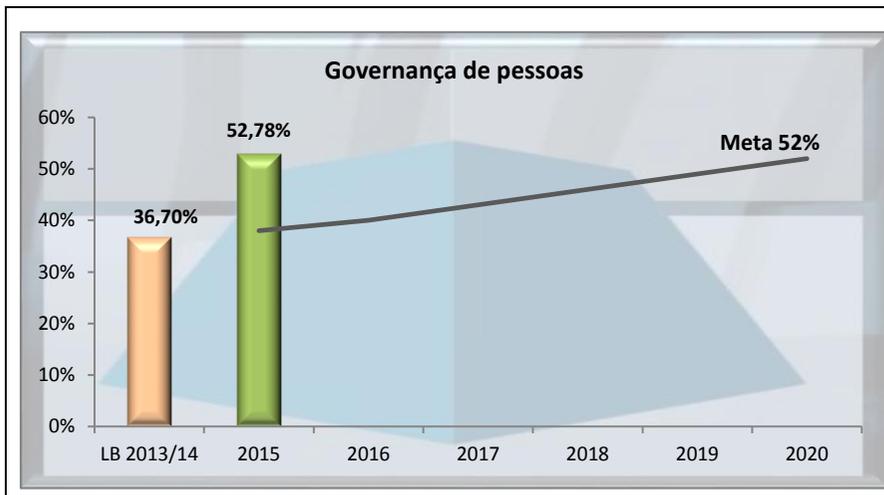
Observa-se ainda que, entre outras, a questão referente à finalidade do produto (17) obteve conceito máximo em todas as avaliações, confirmando o benefício proporcionado pelo produto entregue.



**Comentário:** No segundo trimestre foram enviadas 1.356 solicitações de pesquisas, obtendo-se 68,3% de respostas. Todos comentários enviados foram analisados e, quando necessário, novos chamados foram reabertos para atender à demanda.

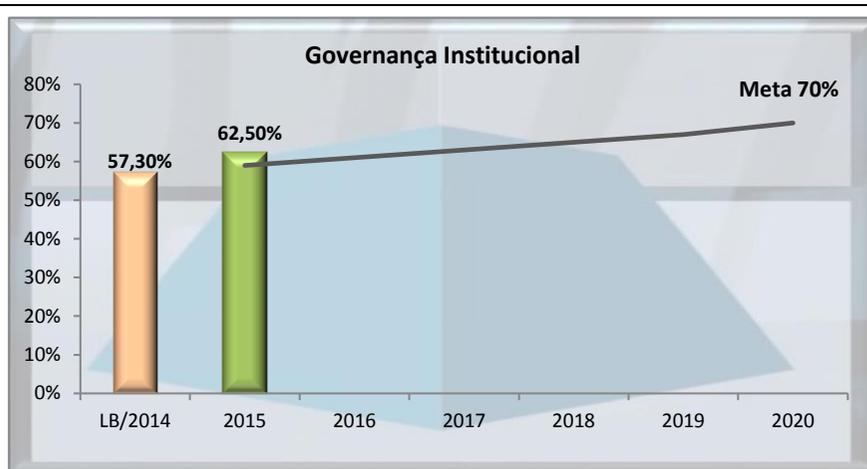
**Nota explicativa:** Apesar de a CORE ser a responsável pela pesquisa, ela não abrange somente os serviços prestados por aquela, mas sim todos os chamados registrados para suporte em TIC.

**Objetivo: Fortalecer a governança institucional**



**Não mensurado no período**

**Comentário:** O indicador possui periodicidade anual e será mensurado apenas ao final de dez/2016. A meta para 2020 é alcançar o estágio “intermediário” em grau de maturidade em governança de pessoas, com percentual de cumprimento de 52%. Tendo em vista o percentual já atingido até o momento, os gestores do indicador estão estudando nova proposta de meta para os períodos subsequentes. Também está em andamento avaliação das respostas às alternativas visando dar paridade com os demais indicadores deste objetivo.



**Não mensurado no período**

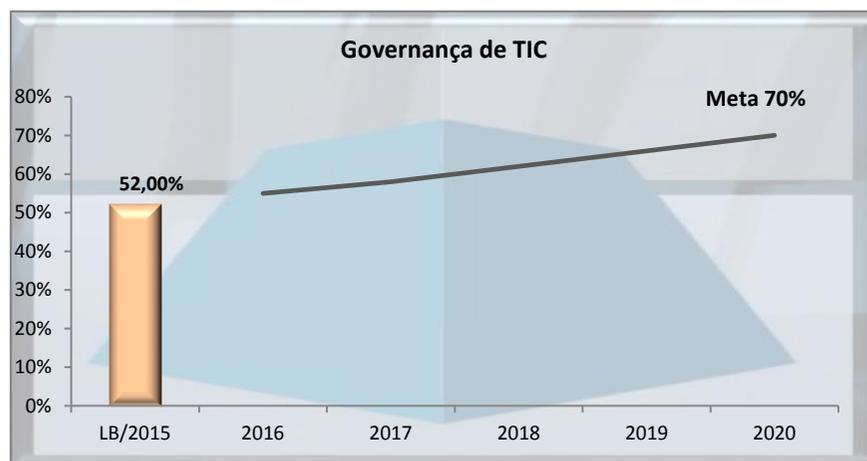
**Comentário:** O indicador possui periodicidade anual, devendo ser mensurado somente em dezembro de 2016. Para o exercício corrente pretende-se alcançar 61% de grau de maturidade quanto à governança institucional.

Os gestores do indicador, a partir da análise das questões que obtiveram índice inicial de maturidade, então realizaram reuniões de estudo sobre partes interessadas para viabilizar a implementação de tal foco nos processos de gestão de projetos, de riscos e do planejamento estratégico. Dentre as ações previstas estão aquelas referente à melhoria da comunicação da estratégia, mapeamento das partes interessadas nos projetos estratégicos e definição de política de gestão das partes interessadas.

Cabe destacar que o foco nas partes interessadas também veio por parte do CNJ que editou a Resolução 221/2016, instituindo princípios de gestão participativa e democrática na elaboração das metas

nacionais do Poder Judiciário.

Por fim, salienta-se que a norma para implantação de política de governança institucional encontra-se elaborada pela área técnica aguardando momento oportuno para ser validada pela administração.

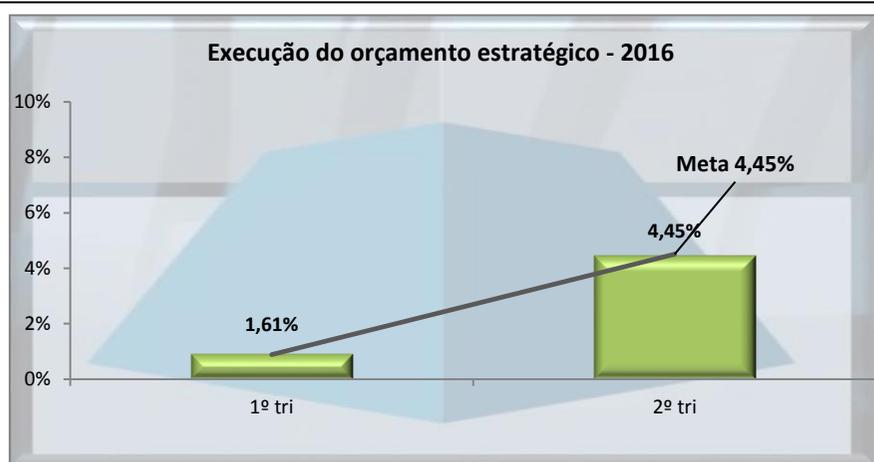


**Não mensurado no período**

**Comentário:** A medição deste indicador é anual e ocorre somente em dezembro de 2016. A meta proposta é de alcançar, em 2016, 55% de grau de maturidade em relação à governança de TIC, mantendo-se em um estágio “intermediário”, para que em dezembro de 2020 atinja o estágio “aprimorado”, com 70% de maturidade quanto ao tema.



**Objetivo: Assegurar e gerir o orçamento**



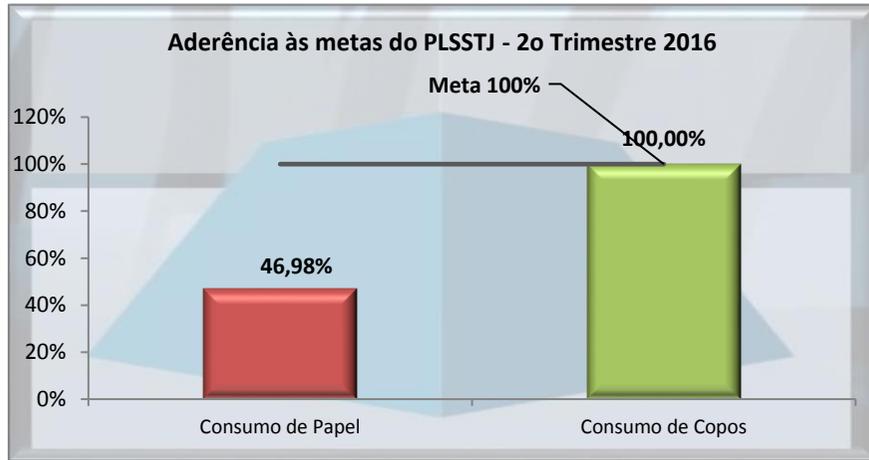
**Comentário:** O indicador, com periodicidade trimestral, não foi mensurado oportunamente no 1º trimestre do ano, pois ainda não existia um orçamento aprovado para o Superior Tribunal de Justiça em 2016, após a fase de contingenciamento. Contudo, após o vultoso contingenciamento sofrido, de acordo com dados do sistema ADMINISTRA, apenas 19,26% dos valores solicitados foram disponibilizados para uso das iniciativas estratégicas, ainda persistindo a dificuldade em aprovação dos custos com o cenário de restrição orçamentária.

Dessa forma, após o contingenciamento e segundo o planejamento dos gestores de projetos, tinha-se a previsão de gasto para o semestre de R\$ 421.036,06, executando-se 98,78% desse valor.

Apesar do alcance da meta para o período, o maior desafio será a realização do restante previsto, que ultrapassa a casa de R\$ 9 milhões. Para isso, aguarda-se a recomposição orçamentária dos recursos destinados ao STJ.



**Comentário:** A execução do orçamento, no segundo trimestre, seguiu a tendência de crescimento demonstrada no período anterior, finalizando o mês de junho com 50,22% do total a ser executado em relação ao exercício 2016.



**Comentário:** O indicador é formado por 15 temas, a saber: água, capacitação, combustíveis, copo, energia, garrafas de água, impressão, limpeza, obras, papel, qualidade de vida, resíduos, telefonia, veículos e vigilância, sendo todos necessários à sua mensuração. As informações sobre todos esses temas dependem da colaboração de diversas unidades deste Tribunal. Além dessa dificuldade operacional no levantamento dos dados, o indicador está em processo de avaliação. Constatou-se que diversos temas precisam de adequações para possibilitar sua medição, o que pode provocar uma significativa reformulação. Dessa forma, apenas foram levantados os dados de consumo de papel e copos descartáveis.

Com base nesses fatores, avalia-se que em 2016 foram mantidas as ações de conscientização sobre o consumo consciente diante da mudança de paradigmas que o Processo Judicial eletrônico trouxe à Corte desde 2008, com destaque para o curso de elaboração consciente de pedido de material. Tais ações continuaram se revertendo em diminuições de consumo de papel, mesmo que tenha-se verificado consumo acima da média aguardada em março e maio, o que comprometeu o resultado esperado para o trimestre.



### 3. ESTRATÉGIA NACIONAL DO PODER JUDICIÁRIO



As metas nacionais do Poder Judiciário atribuídas ao STJ em 2016 estão alinhadas aos indicadores estratégicos citados no item 2 deste relatório. Das 13 metas (computando-se nesse total o desdobramento de algumas delas) acompanhadas pelo Tribunal neste exercício, 7 foram cumpridas.



#### 4. PORTFÓLIO DE PROJETOS E PROGRAMAS ESTRATÉGICOS

Nome do projeto	Início	Término	% Concluído	Farol do Tempo	Situação do Projeto	Unidade Gestora	Processo Administrativo
<b>Objetivo estratégico: STJ 2020: Assegurar e gerir o orçamento</b>	<b>4/5/2015</b>	<b>31/8/2016</b>	<b>61%</b>				
Metodologia de Apuração e Análise de Custos	4/5/2015	31/8/2016	61%	😊	Em andamento	SOF	SEI - STJ 16745/2015
<b>Objetivo estratégico: STJ 2020: Fortalecer a governança institucional</b>	<b>30/10/2014</b>	<b>9/2/2018</b>					
Alinhamento STJ 2020	24/2/2015	9/2/2018	52%	😊	Em andamento	AMG	SEI - STJ 15785/2015
Gestão de Riscos	30/10/2014	30/6/2016	100%	✅	Concluído	AMG	SEI - STJ 10717/2015
<b>Objetivo estratégico: STJ 2020: Garantir a qualidade dos serviços e soluções de TIC</b>	<b>31/12/2013</b>	<b>5/2/2019</b>					
Modernização da Infraestrutura Tecnológica da Taquigrafia	1/8/2016	5/2/2019	0%	😞	Em andamento	SOJ	SEI - STJ 16747/2015
Integra	31/12/2013	30/12/2015	34%	⚪	Cancelado	SGP	SEI - STJ 15887/2015
Gestão Documental do STJ	7/1/2015	15/8/2017	69%	😊	Em andamento	SED	SEI - STJ 16751/2015
<b>Objetivo estratégico: STJ 2020: Aprimorar competências</b>	<b>13/5/2013</b>	<b>18/12/2020</b>	<b>59%</b>				
Aprimore STJ	13/5/2013	18/12/2020	59%	😊	Em andamento	SGP	SEI - STJ 15883/2015
<b>Objetivo estratégico: STJ 2020: Buscar excelência na prestação jurisdicional</b>	<b>22/7/2013</b>	<b>7/4/2017</b>					
Gerenciamento e Controle de GRU das Custas Processuais	15/7/2015	28/10/2016	9%	😞	Em andamento	SJD	SEI - STJ 16741/2015
E-PET	19/5/2015	28/10/2016	15%	😞	Em andamento	SJD	SEI - STJ 16740/2015
Modernização dos Trâmites Processuais nos Órgãos Julgadores	1/12/2015	7/4/2017	31%	😊	Em andamento	SOJ	SEI - STJ 16748/2015
Importação de Metadados dos Tribunais de Origem	12/2/2015	14/6/2016	47%	😞	Em andamento	SJD	SEI - STJ 16743/2015
ARESP	5/5/2014	27/5/2016	100%	✅	Concluído	SJD	SEI - STJ 16738/2015
Intimações Eletrônicas	4/5/2015	23/10/2015	100%	✅	Concluído	SOJ	SEI - STJ 16750/2015
MNI - Modelo Nacional de Interoperabilidade	22/7/2013	29/9/2015	100%	✅	Concluído	SJD; SOJ	SEI - STJ 15910/2015
<b>Objetivo estratégico: STJ 2020: Tratar demandas repetitivas e de grandes litigantes</b>	<b>17/3/2015</b>	<b>31/8/2016</b>	<b>87%</b>				
Gestão de Processos Múltiplos	17/3/2015	31/8/2016	87%	😊	Em andamento	NURER	SEI - STJ 16742/2015
<b>Objetivo estratégico: STJ 2020: Promover a cidadania</b>	<b>7/1/2015</b>	<b>18/12/2020</b>					
Arquivo Histórico Virtual do STJ	6/10/2015	16/8/2018	34%	😊	Em andamento	SED	SEI - STJ 00986/2016
Memória e Cultura do STJ	7/1/2015	18/12/2020	70%	😊	Em andamento	SED	SEI - STJ 16753/2015
Semear Inclusão	7/1/2015	18/12/2020	79%	😊	Em andamento	SIS	SEI - STJ 16755/2015
<b>Objetivo estratégico: STJ 2020: Oferecer serviços com qualidade</b>	<b>15/9/2014</b>	<b>27/6/2017</b>					
Modernização do sistema de controle de acesso	11/5/2015	27/6/2017	29%	😊	Em andamento	SSE	SEI - STJ 16758/2015
Ampliação do Sistema de Circuito Fechado de TV - CFTV	1/5/2015	16/12/2016	46%	⚪	Suspensão	SSE	SEI - STJ 16737/2015
Portal 2020	15/9/2014	3/3/2017	79%	😊	Em andamento	SCO	SEI - STJ 16749/2015
Pesquisa de Satisfação do Usuário	21/1/2015	25/7/2016	99%	😊	Em andamento	OUV	SEI - STJ 12839/2015

Fonte: Project Web App, atualizado em 19/7/2016, disponível em: <http://projeto/pwa>.



Neste trimestre, dois projetos foram concluídos: ARESP e Gestão de Riscos. Também se encontra em fase de conclusão o projeto Pesquisa de Satisfação do Usuário (99%). O ECP irá monitorar os benefícios desses projetos por meio de indicadores de resultados, pelo período de 12 meses após seus encerramentos.

Foi necessária a gestão de mudanças em seis iniciativas: Modernização da Infraestrutura Tecnológica da Taquigrafia, Modernização do Controle de Acesso, Importação de Metadados dos Tribunais de Origem, Gestão de Processos Múltiplos, Modernização dos Trâmites Processuais nos Órgãos Julgadores e Metodologia de Apuração e Análise de Custos. As mudanças nos dois primeiros ocorreram devido à indeterminação orçamentária para aquisição objeto das respectivas iniciativas, que atrasam e deixam os projetos indefinidos quanto à sua continuidade. Para o projeto de Importação de Metadados, foram necessárias alterações de prazo em função de dificuldades técnicas da disponibilização e captura dos dados de processos enviados pelo TJRS. Como os testes no TJMG, TJSC e TRF3 dependem da homologação no TJRS, a execução destes sofrerão atrasos. As mudanças no projeto Gestão de Processos Múltiplos implicaram exclusões e inclusões no escopo, alterando seu prazo de conclusão para 31/8 deste ano. O projeto Processos Múltiplos concluiu o sistema automatizado das comunicações de afetação dos Temas de Recursos Repetitivos e a nova página de Recursos Repetitivos, disponibilizada na internet e na intranet do STJ. O evento “III Encontro sobre Recursos Repetitivos” foi realizado nos dias 13 e 14 de junho, com a participação dos Tribunais de Justiça. Para o projeto de Modernização dos Trâmites Processuais nos Órgãos Julgadores, foram repactuados os prazos para conclusão de produtos previstos, devido à grande quantidade de demandas de desenvolvimento de sistemas para a CDES/STI. O projeto de Metodologia de Apuração e Análise de Custos sofreu alteração de escopo com a inclusão do novo produto “sistema para disponibilização de informações orçamentárias e financeiras nos Portais Internet às empresas contratadas e aos gestores de contrato do STJ”. Esse produto visa aprimorar a gestão de contratos, trazer mais eficiência para o processo de pagamento de despesas e sobretudo dar mais transparência ao STJ.

As iniciativas que requerem atenção quanto ao prazo são: E-PET, GRU e Gestão documental do STJ. Os projetos E-PET e GRU vivenciam os mesmos problemas: foram solicitadas várias demandas de desenvolvimento de sistemas, mas a equipe da STI alega ser insuficiente além de classificar as demandas como de alta complexidade técnica. Quanto ao projeto GRU, ressalta-se que está em andamento uma auditoria provocada pela SCI que apontou a necessidade de um aprimoramento no sistema de verificação de recolhimento de custas e de restituição dos valores das custas, tornando a execução desse projeto mais urgente. O programa de “Gestão documental do STJ” concluiu totalmente a fase I do projeto. Além de a parametrização ser finalizada, foi realizada a pesquisa de satisfação do SEI, que apontou para a satisfação de 89% dos usuários do Sistema. Já a execução da fase III do projeto ficou prejudicada em razão do contingenciamento orçamentário sofrido pelo Tribunal. Está prevista para essa fase a aquisição de mobiliário deslizante para acondicionamento do acervo documental do STJ. Foi produzida uma minuta de edital PE 23/2016, porém a falta de dotação orçamentária impediu sua publicação.

As demais iniciativas estão com cronograma no prazo. O programa “Aprimore STJ” realizou o I Fórum Aprimore STJ: Competências, Resultados e Inovação, nos dias 19 e 20 de maio, para toda a Administração Pública, principalmente Federal. Inscreveram-se mais de 650 servidores, estudantes, magistrados e gestores de diversos órgãos e entidades públicas. Foi concluída a devolução dos resultados consolidados do II Ciclo de Diagnóstico por Competências para os gestores das unidades táticas e estratégicas do STJ.

No projeto “Alinhamento STJ 2020”, foram acrescentadas ao rol de unidades alinhadas a SED e a STI, que já consolidou o seu PETIC 2016-2020, somando, assim, um total de sete unidades alinhadas ao Plano STJ 2020, a saber: SAD, SED, SGP, SJD, SJR, STI e AMG. Foi solicitada a todas as unidades alinhadas manifestação sobre a existência de procedimentos documentados e respectiva forma de disponibilização aos colaboradores, em atendimento ao art. 16, § 2º, inciso IV, da IN STJ/GDG n. 6/2016. Os cursos “Construindo Indicadores” e “Exercitando a Gestão de Projetos” foram realizados, conforme o previsto, mas a reformulação do curso de BSC está suspensa pela falta de dotação orçamentária. A aquisição do software de gestão estratégica também segue suspensa, tendo sido reafirmada a intenção de adquirir a ferramenta ainda este ano, em processo administrativo (STJ n. 5706/2016) que questionou a proposta orçamentária em todas as unidades do tribunal. Isso porque a demanda operacional de elaboração e ajustes das planilhas setoriais está cada vez maior, onerando o tempo dos recursos da equipe e aumentando a possibilidade de



erros. Neste trimestre, a equipe envidou esforços ainda na adoção de novo formato visual para o RDS, utilizando a ferramenta *Piktochart* (disponível no endereço: <https://piktochart.com/>) para elaboração de infográficos.

Relacionado ao projeto “Portal 2020”, foram realizadas as entregas: implementação do recurso VLibras, que permite a acessibilidade do portal para pessoas alfabetizadas em libras (linguagem brasileira de sinais), entrega relacionada ao programa “Semear Inclusão”; conclusão dos ajustes reportados pela Ouvidoria; inserção do novo item na página inicial “consulta aos recursos repetitivos”; inclusão da pesquisa de satisfação em todos os serviços do novo Portal STJ; adequação do design de interface da BDJur à programação visual do novo Portal do STJ. Mesmo com tantas entregas, a iniciativa enfrenta dificuldades oriundas das restrições orçamentárias: algumas aquisições planejadas não foram autorizadas.

O programa “Semear Inclusão” destaca a realização do módulo 1 do Projeto Surdo Foto e a publicação da Resolução CNJ n. 230 de 22 de junho de 2016, que orienta a adequação das atividades dos órgãos do Poder Judiciário e de seus serviços auxiliares às determinações exaradas pela Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência. O programa “Memória e Cultura do STJ” realizou diversas ações, como as exposições de Loreni Schenkel, Carla de Assis e Liselena Dalla Corte; lançamento dos livros “Comentários ao Código de Processo Civil” e “Direito Processual Previdenciário”, além das visitas dentro dos projetos “Sociedade para todas as idades”, “Saber universitário da Justiça”, “Despertar Vocacional Jurídico” e “Museu-escola”. Por fim, o projeto “Arquivo Histórico Virtual do STJ” foi aprovado e ingressou no portfólio estratégico do STJ. Já foram entregues os levantamentos de dados relativos aos Ministros em atividade, além de dados relativos aos Ministros aposentados, a seleção e aprovação de julgados para formação da ferramenta “processos históricos”; e implementação do leiaute dos documentos, das ferramentas de interatividade para a página “Arquivo.Cidadão”.

Podemos concluir que dois fatores impactaram sobremaneira no andamento das iniciativas neste trimestre: restrições orçamentárias e falta de equipe para desenvolvimento de sistemas na STI. Quanto ao primeiro, trata-se de fator econômico externo, sobre o qual a equipe do Escritório Corporativo de Projetos não tem poder de decisão e articulação. Quanto à escassez de recursos de TI, propõe-se uma negociação com a STI visando a priorização de demandas, especialmente as demandas dos projetos da área judicante, que têm impacto relevante no objetivo estratégico “Buscar excelência na prestação jurisdicional”.



## 5. ALINHAMENTO ESTRATÉGICO

